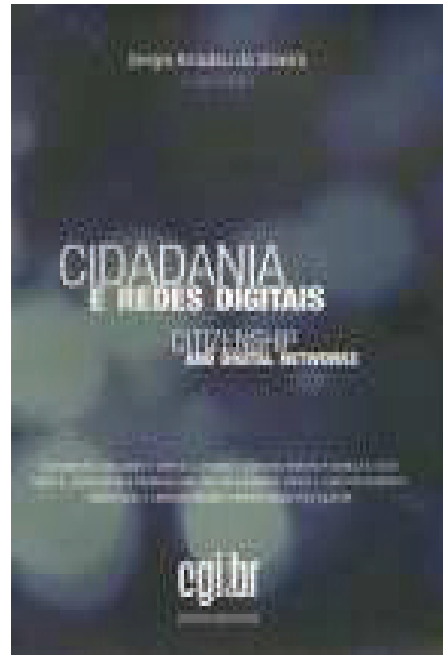


RESENHA

Tecnologia, sociedade e redes digitais: novas dimensões para as políticas públicas

Marcos Paulo Fuck

Universidade Federal do Paraná (UFPR)



RESENHA: Tecnologia, sociedade e redes digitais: novas dimensões para as políticas públicas

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. (Org.). *Cidadania e redes digitais*. 1. ed. Traduções de Daniela B. Silva, Diana Pellegrini, Flavio Augusto Paraná Pintinha e Renata Miyagusku. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil/Maracá – Educação e Tecnologias, 2010. 247 p. Edição bilíngue.

BOOK REVIEW: Technology, Society and Digital Networks: new Dimensions for Public Policies

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. (Org.). *Citizenship and digital networks*. 1. ed. Translators: Daniela B. Silva, Diana Pellegrini, Flavio Augusto Paraná Pintinha e Renata Miyagusku. São Paulo: Brazilian Internet Steering/Maracá – Educação e Tecnologias, 2010. 247 p. Bilingual edition.

Recebido em 26.04.2011. Aprovado em 12.12.2011.

Em um contexto de profundas mudanças científicas e tecnológicas, o conhecimento é cada vez mais o fundamento da organização das atividades produtivas e, acima de tudo, da própria vida em sociedade. Não por acaso utiliza-se o termo “sociedade do conhecimento” para caracterizar a emergência de uma forma de organização social mediada por redes digitais intensivas em fluxos de informação. No livro *Cidadania e redes digitais*, organizado por Sergio Amadeu da Silveira, são apresentados diversos aspectos relacionados às potencialidades e aos desafios da comunicação em redes para a ampliação da cidadania, o que leva o leitor à reflexão sobre o que caracteriza a “cidadania digital”, tema chave para a compreensão da sociedade contemporânea.

A obra, formada por onze textos, disponíveis em português e inglês, em versão impressa e eletrônica (<http://www.cidadaniaeredesdigitais.com.br>), é uma coletânea de trabalhos apresentados em seminário de mesmo título realizado em 2009, na Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo. A opção pela interdisciplinaridade é marcante, o que possibilita ao leitor um panorama amplo das principais questões em discussão. A formação diversificada dos autores contribui para uma análise criativa das diversas nuances do conceito de “cidadania digital”. O argumento principal discutido ao longo do livro é a necessidade de uma maior participação social nos debates sobre os caminhos que vêm sendo trilhados pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), o que pode embasar uma ação social mais crítica e participativa em relação às novas trajetórias a serem construídas no ciberespaço.

Já no início do primeiro capítulo, escrito por Javier Bustamante, professor titular de Ética e Sociologia da Universidade Complutense de Madri, é feita uma crítica à visão mais convencional de tecnologia. Ou seja, a visão de que a tecnologia é orientada por uma lógica autônoma desvinculada do contexto social no qual se insere. Em oposição a tal visão, o autor destaca a importância de uma maior participação social em relação às decisões estratégicas relacionadas aos avanços tecnológicos. Com os avanços das TICs e das redes digitais, o autor aponta duas atitudes possíveis: o caminho até a “hipocidadania”, situação de eliminação paulatina da consciência cidadã; e o caminho da “hipercidadania”, que se relaciona a um exercício mais profundo da participação política, ou seja, da “cidadania digital”, e que se baseia em diversos elementos, como a apropriação social da tecnologia, a promoção de políticas de inclusão digital etc.

O segundo capítulo foi escrito por Langdon Winner, professor do Departamento de Estudos de Ciência e Tecnologia na Rensselaer Polytechnic Institute em Troy, Nova York. Nele, o autor discute liberdade e cidadania a partir de dois exemplos contrastantes do mundo digital: o primeiro, um programa de computador utili-

zado para encontrar evidências de plágio em trabalhos acadêmicos (o autor considera questionáveis os métodos utilizados pelo programa); o segundo, a utilização dos recursos da World Wide Web para coordenar a deliberação, a discussão, o debate e a votação de diversas questões relevantes enfrentadas pela humanidade (como o aquecimento global). Enquanto no primeiro caso, os estudantes são considerados culpados “até que o programa prove que eles são inocentes” (p. 41), no segundo, a utilização da internet pode favorecer a cidadania global, o que passa pela ampliação do *commons* informacional disponível às pessoas no seu cotidiano, “ampliando as oportunidades de participação direta na democracia” (p. 59). Ou seja, o autor mostra como os novos artefatos tecnológicos podem reduzir ou ampliar as liberdades individuais e a cidadania global.

Sergio Amadeu da Silveira, organizador da obra e professor da Universidade Federal do ABC, discute no terceiro capítulo questões relativas à tensão entre o fluxo de informações sem bloqueios na rede e as formas de regulamentação da internet. Em linha com os capítulos anteriores, o autor destaca a ideia de que as tecnologias são socialmente construídas, reguladas e moldadas e que, portanto, trazem embutidas em si diferentes visões de mundo, o que explica, por exemplo, os conflitos de interesses entre a indústria do *copyright* e as redes que utilizam diversas formas de compartilhamento de arquivos digitais, e também as polêmicas em relação aos mecanismos de controle de conexão e de navegação dos cidadãos.

O potencial de uma rede é discutido por Alexander Galloway, professor da Universidade de Nova York. O autor analisa diversos aspectos da *Emergência da mediação no formato de rede*, comentando alguns detalhes dos meios de comunicação em rede que tem ramificações na questão da cidadania digital. Carlos Afonso, diretor executivo do Instituto do Núcleo de Pesquisas, Estudos e Formação (Nupef), analisa no quinto capítulo questões referente ao trânsito na internet (o que inclui os pacotes de conexão que nos são ofertados). Afonso explica de modo acessível à forma como se dá a comercialização do acesso à internet no Brasil e constata que o preço da banda larga para os brasileiros é um dos mais caros do mundo, a qualidade é baixa e a oferta é restrita a poucos municípios.

Mesmo considerando que o acesso à internet não é realidade em todo o território nacional, sua utilização para disponibilizar dados governamentais pode representar avanços para a transparência das ações por parte da esfera pública. Daniela Silva, facilitadora da Peer 2 Peer University, destaca que o conceito de dados governamentais abertos (*Open Government Data*) se refere não só à disponibilização de informações por parte do governo, mas que esse processo pode permitir que “a inteligência coletiva crie me-

lhores formas de trabalhá-las do que os próprios governos poderiam fazer” (p. 121). Isto reafirma o potencial das TICs e da rede para a ampliação da participação social no processo de decisões políticas.

Giuseppe Cocco, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, discute no sétimo capítulo a comunicação e os direitos humanos frente às profundas transformações do capitalismo contemporâneo, destacando, entre outros aspectos, a necessidade da democratização da mídia e a ampliação dos direitos do comum (como no caso do movimento do *copyleft* e do *software* livre). No oitavo capítulo, Fabio Josgrilberg, professor da Universidade Metodista de São Paulo, defende que há que se fazer uma opção radical pela comunicação na cidade, intensificando os fluxos comunicacionais formais e informais de modo a ampliar a percepção crítica da realidade local, garantindo “o mínimo de veracidade para a ação individual e coletiva no mundo” (p. 161). Isso implica em se pensar além dos fóruns formais de participação política e dos conteúdos tradicionais das mídias, destacando a relevância de fluxos comunicacionais livres e universais.

Dando sequência às discussões apontadas acima, no capítulo nove, Franklin Coelho, professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense, destaca a importância do acesso à informação como um direito fundamental e que deve estruturar as políticas públicas que visem o acesso da população à sociedade do conhecimento. A implantação de redes de transmissão de dados, voz e imagem é algo que dá base a estas ações. Segundo o autor, “as cidades adquirem um novo conteúdo a partir dos novos fluxos que se entrelaçam com o virtual estruturando redes sociais concretas, repensando a relação entre essas novas tecnologias e o território” (p. 197). Neste processo, observa-se a interação entre o espaço herdado, a cidade industrial, e o espaço projeto, a cidade informacional, sendo a reestruturação do território mediada pelo jogo de forças sociais. A cidade digital, ambiente no qual o chamado ciberespaço se transforma e se reterritorializa, “abre a possibilidade de uma incorporação social da tecnologia ao permitir uma estratégia de inclusão digital e de garantia do acesso à informação e a gestão do conhecimento” (p. 199).

No décimo capítulo, Carolina Rossini, coordenadora do projeto *Recursos educacionais abertos: desafios e perspectivas*, apresenta as principais características do acesso aberto, que se refere à ausência de barreiras financeiras, legais e técnicas ao acesso à literatura científica na internet, e dos Recursos Educacionais Abertos, que estimulam a produção colaborativa, a partilha do conteúdo, a troca de metodologias etc. Estas duas visões, na avaliação da autora, são “formadoras de políticas públicas apropriadas à democracia na sociedade do conhecimento”

(p. 229). O último capítulo do livro foi escrito por Jomar Silva, diretor-geral da ODF Aliance América Latina. Nele, o autor explica as principais características do padrão Open Document Format (ODF) e defende a importância deste formato aberto para a livre circulação e perenidade da informação.

Como visto, um aspecto chave tratado ao longo da obra é a apropriação social da tecnologia. Isto é, a utilização da tecnologia de modo mais articulado às demandas sociais, indo além das questões mais diretamente relacionadas à lógica competitiva dos mercados nos quais ela se insere. Dada a imensa diversidade cultural, política e econômica que caracteriza nossa sociedade, trata-se de um processo bastante complexo e que, para se ampliar as chances de sucesso dessa estratégia, deve estar articulado a políticas públicas criativas que ampliem a participação da sociedade nas definições que envolvem as diversas formas de difusão do conhecimento. Em meio a isto, deve-se destacar a necessidade de uma discussão mais profunda sobre os próprios mecanismos de propriedade intelectual, em especial os relacionados à proteção de ativos na indústria de *software*, ou seja, às formas de apropriação privada utilizadas neste segmento, algo que poderia ter sido objeto de um capítulo específico de modo a possibilitar que o leitor leigo tenha um melhor entendimento do debate.

Além de bastante agradável, a leitura do livro permite reflexões sobre a dinâmica das relações que se estabelecem entre as TICs, as redes digitais e as novas dimensões da cidadania. Em um momento em que se discutem as novas formas de regulação da internet no Brasil, a ampliação do acesso da população às redes digitais, uma maior transparência das ações por parte do poder público, a ampliação das práticas colaborativas em atividades acadêmicas e culturais, entre outros aspectos, a obra se apresenta como referência importante para balizar os debates sobre as novas dimensões das relações entre tecnologia e sociedade.

Marcos Paulo Fuck

marcospaulofk@ufpr.br

Doutor em Política Científica e Tecnológica pela Unicamp

Professor adjunto do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

UFPR

Av. Prefeito Lothário Meissner, 632, térreo, sala 01
Jardim Botânico
Curitiba – Paraná
CEP: 80210-170